

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARIANA JANUZZI VIANA

**CONTRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO
CONTEXTO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO**

**SÃO PAULO
2016**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARIANA JANUZZI VIANA

**CONTRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO
CONTEXTO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO**

Monografia apresentada como exigência parcial de avaliação ao Curso de Especialização, Lato Sensu, em **Gestão Educacional e Escolar**, da Faculdade de Educação, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Celina Teixeira Vieira

**SÃO PAULO
2016**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Celina Teixeira Vieira

EXAMINADOR:

Prof.^a Dr.^a Helena Machado de Paula
Albuquerque

EXAMINADOR:

Prof. Dr. Artur Costa Neto

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu marido, Vinícius, por todo o apoio que sempre me deu e por valorizar, assim como eu, a constante busca pelo conhecimento como um dos legados mais importantes que deixamos na vida.

À minha família, por me incentivar a continuar, mesmo quando eu já parecia desanimada com os percalços.

Aos meus colegas da PUC/SP, pela troca de experiência e também de risadas, o que, com certeza, tornou esta caminhada mais rica e prazerosa.

Ao meu ex diretor Luciano Barcelos, por todas as oportunidades de aprendizagem que me deu e por sempre me incentivar a continuar estudando. Nunca irei me esquecer e tenho certeza que ainda trabalharemos juntos novamente.

Ao meu colega Rodrigo Camaliente, por sempre se mostrar disposto a me ajudar quando minhas inspirações não vinham, inclusive na decisão mais fundamental: o tema da minha pesquisa.

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, Vinícius, à minha família,
e a todos aqueles que acreditam que é
somente pela educação que
conseguiremos melhorar o presente e o
futuro da nossa sociedade.

RESUMO

VIANA, Mariana Januzzi. **Contribuições do orientador educacional no contexto escolar de estudantes do Ensino Médio.** Monografia apresentada **como exigência parcial de avaliação** ao Curso de Especialização, Lato Sensu, **Gestão Educacional e Escolar**, da Faculdade de Educação, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 2016.

O objetivo deste estudo é analisar as contribuições do Orientador Educacional no contexto escolar de estudantes adolescentes do Ensino Médio. A metodologia de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, a partir de análise teórica e reflexiva à luz do trabalho desenvolvido pelo Orientador Educacional com estudantes adolescentes. Os fundamentos teóricos referem-se principalmente a produções contemporâneas na área da Orientação Educacional. Pretende-se com este trabalho reconhecer e apresentar as características do processo de orientação educacional e explicitar como ele pode contribuir na formação social e acadêmica de estudantes adolescentes. Para tanto, são analisados os propósitos da função e da ação do Orientador Educacional, as características dos adolescentes na faixa etária pesquisada e suas relações com família, escola e escolha profissional. Por fim, apresentam-se as colaborações geradas pelo trabalho da Orientação ao contexto escolar. Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma análise e reflexão crítica sobre a importância deste profissional para a educação. Espera-se também que desperte, em todos os educadores, o compromisso por uma ação dedicada à formação dos alunos, sujeitos em processo constante de transformação, a fim de torná-los cidadãos críticos, responsáveis e conscientes de seu papel na sociedade.

Palavras-Chave: Orientador Educacional. Orientação. Adolescência. Família. Aluno.

ABSTRACT

VIANA, Mariana Januzzi. **Contribuições do orientador educacional no contexto escolar de estudantes do Ensino Médio.** Monografia apresentada, como exigência parcial de avaliação, ao Curso de Especialização, Lato Sensu, **Gestão Educacional e Escolar**, da Faculdade de Educação, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 2016

The aim of this study is to analyze the contributions of Educational Guidance in the school context of high school students. The research methodology used was bibliographic review based on theoretical and reflective analysis in face to the work developed by the Educational Guidance with teenager students. The theoretical foundations mainly refer to contemporary productions in Educational Guidance. The point of this work is to recognize and present the characteristics of the educational guidance process and explain how I can contribute to the social and academic education of adolescent students. Therefore, the purpose of the role and action of the Educational Guidance, the characteristics of teenagers in the studied age group and their relationships with family, school and career choice are analyzed. Finally, it presents the contributions obtained by the Orientation's work to the school context. It is hoped that this work can contribute to analysis and critical reflection on the importance of this professional for education. It is also expected to incite all educators, committed to an action dedicated to the development of the students, which are individuals in constant transformation process, in order to make them critical citizens, responsible and aware of their role in society.

Key words: Educational Guidance. Orientation. Adolescence. Family. Student.

EPÍGRAFE

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

John Dewey

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	12
A função do Orientador Educacional	12
1.1 Dos propósitos da ação do Orientador Educacional	13
CAPÍTULO 2	15
Características dos adolescentes	15
2.1 O adolescente e a família na perspectiva da Orientação Educacional ...	16
2.2 O adolescente e a escola na perspectiva da Orientação Educacional ...	20
2.3 O adolescente e a escolha profissional na perspectiva da Orientação Educacional	22
CAPÍTULO 3	25
Contribuições ao contexto escolar	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma comunidade global, onde as informações se espalham com rapidez assustadora a um clique, e observamos uma nova configuração de sociedade. O conhecimento se torna cada vez mais valorizado, fazendo com que os jovens necessitem de mais escolarização e diferentes habilidades e competências para que sejam reconhecidos futuramente no mercado de trabalho.

A escola é uma importante experiência na vida desses adolescentes. No ambiente educativo, ele se depara com diferentes contextos sociais, troca experiências, se relaciona com iguais (outros jovens) e com outras figuras que representam autoridade – além de sua família – como professores, orientadores, coordenadores, diretores; ou seja, explora um universo de diversidades e oportunidades, ampliando seu horizonte intelectual e social.

Diante de tantas transformações sociais, psicológicas e físicas pelas quais passam os adolescentes, a figura do Orientador Educacional na escola se torna de extrema relevância nesse processo de crescimento. O Orientador deve procurar compreender o momento de vida pelo qual passa este jovem, que não pode ser dissociado de outros aspectos de sua formação, para auxiliá-lo em relação ao seu desempenho escolar, sua escolha profissional e seu projeto de vida, entre outros aspectos.

A escolha da temática deste trabalho se justifica pela constante necessidade de se repensar a relação entre a escola – aqui delimitada na figura do Orientador Educacional – e seus alunos, sujeitos em desenvolvimento e formação. Optou-se por restringir a pesquisa aos adolescentes do Ensino Médio pela necessidade de aprofundar os estudos nesta específica fase da vida do jovem, que possui diferentes características de outras fases vividas na adolescência. Outro motivo é por se tratar de um período onde o indivíduo busca, além de se conhecer, reconhecer-se no outro.

Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e/ou documental procurou-se **descrever** a função da orientação educacional, bem como **explicitar** como esse trabalho pode contribuir na formação social e acadêmica de estudantes adolescentes do Ensino Médio. De forma mais específica **apresentou-se** um breve

relato da função do orientador educacional, explicitando seus propósitos de ação; **caracterizou-se** o perfil e o trabalho do Orientador Educacional; **evidenciou-se** o processo de orientação do público alvo – estudantes adolescentes do Ensino Médio e **analisaram-se** as contribuições que o trabalho desenvolvido pelo orientador educacional gera no contexto escolar, tanto social quanto acadêmico, desses estudantes adolescentes.

CAPÍTULO 1. A função do Orientador Educacional

Ao pensar no conceito de Orientação Educacional, diversas abordagens podem ser feitas, levando a certa confusão na distinção deste trabalho. Segundo GRINSPUN (2011, p. 22), “a multiplicidade de sentido do que é orientar [...] torna seu conhecimento complexo e instigante”. E completa

O conceito de Orientação Educacional se reveste, então, de três dimensões específicas: aquela determinada pela legislação que aborda a Orientação Educacional; a que resultou da prática da própria Orientação, então originando a formulação de um conceito a partir da realidade e das expectativas da comunidade escolar (incluindo os educadores em geral), e a que foi sendo construída pelos orientadores – artífices principais do processo –, que a legitimam, hoje, em termos de uma prática pedagógica. (GRINSPUN, 2011, p. 24)

A autora ainda afirma que a orientação deve ser vista como uma prática que ocorre dentro da escola, mas cujas atividades podem e devem ultrapassar seus muros.

Apesar de não constar mais na Lei nº 9.394/96 como obrigatória, GRINSPUN (2011, p. 10) afirma que, para se ter uma educação de qualidade, nas escolas, a presença da Orientação Educacional no Projeto Político Pedagógico, aqui denominado pela sigla PPP, se faz fundamental. A autora se embasa no fato de todas – ou quase todas – as escolas particulares mais bem classificadas em *rankings* de seus estados e municípios, possuírem a presença deste profissional, no intuito de ser uma fonte de apoio ao informar e formar seus alunos em uma dimensão mais abrangente que não apenas os conteúdos encontrados nas diferentes disciplinas dos seus currículos.

Sobre o compromisso da Orientação Educacional, GRINSPUN (2011, p. 11) ainda diz:

[...] compromisso com e para o aluno, não apenas para *orientá-lo* no seu desenvolvimento a partir de suas necessidades, mas para oferecer os meios e as possibilidades de uma formação mais segura e mais abrangente que não se limita ao aqui e agora, não apenas a ajudá-lo nas dificuldades na/da escola, mas para orientar

para a vida, para ser, cada vez mais, um indivíduo multiplicador e transformador de seu tempo. (GRINSPUN, 2011, p. 11)

Por sua vez, SANCHES (1999, p. 41), ao definir a figura do Orientador Educacional, aqui tratado pelas iniciais OE, o vê como um profissional que “facilita a maturidade pessoal e social do aluno, por meio de um processo, em que o aluno vai-se tornando progressivamente mais consciente dos seus atos, mais consciente de si mesmo e da sociedade da qual participa”.

Percebe-se uma grande preocupação com a formação global do aluno, e não somente com possíveis dificuldades de aprendizagem ou orientação vocacional, como antes poderia ser pensado para o trabalho deste profissional. Em um capítulo mais adiante, inclusive, a ajuda da escola – através do OE – na formação moral e ética dos adolescentes também será abordada.

1.1 – Dos propósitos da ação do Orientador Educacional

O objetivo da ação do Orientador Educacional como profissional de ajuda ao adolescente é [...] o crescimento humano – caracterizado pela aquisição por parte do adolescente de um espírito de confiança, pela consciência de seus atos e compreensão da sociedade da qual participa. É também, e sobretudo, o amadurecimento dos valores da pessoa humana, que lhe possibilitem a conquista de seu maior sonho – a independência. (SANCHES, 1999, p. 88)

A autora acima citada ainda afirma que compreende essa independência como sendo pessoal, conquistada a partir de um clima favorável – de respeito à individualidade do ser – oferecido pela escola. Desta forma, o aluno será sensibilizado a perceber seus sentimentos de forma aberta e livre, refletindo com confiança e responsabilidade sobre os seus valores introjetados pela sociedade e pelos pais.

Já GRINSPUN (2011, p. 53) acredita que a Orientação Educacional deve estar comprometida com o desenvolvimento do aluno numa dimensão coletiva, atuando como um articulador entre currículo-sociedade, homem-natureza, homem-

sociedade, escola-trabalho, escola-vida e tendo, como ação fundamental, a leitura crítica permanente da sociedade e do mundo em que vivemos.

Percebe-se, então, a grande importância e responsabilidade na figura do OE nas escolas. Para lidar de maneira satisfatória em todos os aspectos esperados, é necessário que todos da escola, no momento da construção ou reconstrução do Projeto Político Pedagógico, analisem, reflitam e debatam sobre os caminhos e direcionamentos a serem percorridos e suas finalidades. Nesse contexto, cabe à Prof.^a Marília J. Marino um questionamento pertinente a ser feito: que tipo de aluno queremos formar e para qual sociedade? Desta forma, alinha-se também as expectativas da família com a proposta pedagógica da instituição. GRINSPUN (2011, p. 54) ainda sugere outros questionamentos a serem feitos neste momento: Por que e para que faço Educação? O que me une a meus colegas profissionais da educação e o que pretendemos com a nossa ação educativa? Por que e para quê realiza-se a Orientação nas escolas? Que contribuições pode a Orientação oferecer para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização da escola, para a eliminação (ou, se possível, para a diminuição) do fracasso escolar?

É importante que todos que fazem parte do processo educativo da escola, e aqui mais especificamente o Orientador Educacional, reflitam a respeito de tais questionamentos. Existem alguns pontos fundamentais para o trabalho do OE que acabam por englobar todas as dimensões em que se pretende trabalhar com estes adolescentes. São eles: autonomia, participação, responsabilidade, reflexão e solidariedade (GRINSPUN, 2011, p. 190). Cada um e, ao mesmo tempo, todos, podem ser aplicados ao contexto da aprendizagem, da apropriação de conhecimento, da produção e da formação moral e ética. O papel do OE, então, seria o de proporcionar aos educandos possibilidades de conscientização e de práticas efetivas para que se apropriem desses pontos fundamentais.

CAPÍTULO 2. Características dos adolescentes

Sabe-se que a adolescência compreende um período de maturação do indivíduo que o leva da infância à fase adulta. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência se inicia aos dez anos e termina aos dezenove anos completos. No Brasil, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera a adolescência como a faixa etária entre doze e dezoito anos de idade.

Para além desse recorde etário, sabemos que a adolescência é um período muito mais complexo. PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 387) afirmam que, além das mudanças em termos de condições físicas, percebe-se também nos adolescentes mudanças em competências cognitivas, emocionais e sociais.

Nesta fase da vida, são comuns as mudanças repentinas de humor e comportamento. Felicidade, raiva, tristeza, agitação e preguiça, entre outros, são sentimentos que se manifestam e se revezam muito rapidamente nesses indivíduos. Para lidar com essa fase de tantas transformações, é preciso um esforço conjunto entre família, escola e sociedade, no sentido de compreender esse momento do jovem. É preciso reforçar que o acompanhamento e o diálogo são essenciais nesse período.

EATON (2008) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 387) afirma que hoje em dia os adolescentes enfrentam muitos riscos ao seu bem-estar físico e mental, e a suscetibilidade a tais comportamentos de risco podem indicar uma imaturidade do cérebro adolescente. O desenvolvimento imaturo do cérebro pode permitir que os sentimentos se sobreponham à razão e pode impedir que alguns adolescentes deem ouvidos a advertências que parecem lógicas e convincentes aos adultos, segundo BAIRD (1999) e YURGELUN - TODD (2002) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 393). Evitar, então, esses comportamentos de risco o máximo possível seria a melhor maneira de passar pelos anos da adolescência com boa saúde física e mental.

A partir da metade da adolescência, as conexões neuronais dos jovens vão ficando mais fortes, regulares e eficazes, tornando seu processamento cognitivo mais eficiente KUHN (2006) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 394).

Embora o pensamento permaneça imaturo em alguns aspectos, os jovens já são capazes de racionar em termos abstratos e de emitir julgamentos mais sofisticados, além de poder planejar o futuro de modo mais realista. Sendo assim, é importante frisar que as orientações dadas, tanto pela família quanto pela escola, a respeito de comportamentos de vida saudáveis e corretos são necessárias para que o adolescente reflita a respeito e tome suas atitudes com consciência. Segundo EISENBER e MORRIS (2004) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 410), os pais contribuem diretamente no desenvolvimento moral de seus filhos, tanto no plano cognitivo quanto no plano emocional. Adolescentes com pais democráticos, que os estimulam a questionar e expandir seu raciocínio moral, tendem a fazer reflexões mais conscientes, críticas, com raciocínios mais aprofundados.

2.1 – O adolescente e a família na perspectiva da Orientação Educacional

Embora a função principal da escola seja o ensino, ela tem assumido, cada vez mais, a responsabilidade pela formação integral do aluno – como já citado anteriormente. Tanto os pais quanto a sociedade, de uma maneira geral, esperam que o sujeito que está na escola, além de aprender os conteúdos específicos das disciplinas, também seja formado em relação à valores éticos e morais. É necessário, porém, cuidado dos educadores nesta função, pois como afirmam GIACAGLIA e PENTEADO (2006, p. 105):

Sabe-se que, embora as normas e conceitos morais tenham certa estabilidade, eles costumam diferir de uma cultura para outra, em determinada época e lugar, para cada grupo social e mesmo para cada indivíduo, durante as diversas fases de sua vida. Por isso, na escola, deve-se começar por desenvolver atitudes e comportamentos fundamentados em princípios mais genéricos e, portanto, mais estáveis, como, por exemplo, a valorização e preservação da vida, o respeito humano, a preservação da liberdade, individualidade, o respeito à propriedade e o direito a uma vida saudável. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2006, p. 105)

Pensa-se que Orientador Educacional deva contribuir ativamente no processo de elaboração de atividades que visem ao desenvolvimento moral e ético

de seus alunos, tendo em vista que este processo deve ser muito mais preventivo do que remediativo. Não se pode esperar que situações desagradáveis ocorram na escola para que medidas sejam tomadas. Os alunos precisam ser constantemente lembrados de seus direitos e deveres para consigo mesmo e para com os outros, seja através de discussões em grupo, seminários, leitura e análises de textos, entre outras. Atitudes como repreensão, castigos, ameaças e punições podem surtir um efeito contrário ao desejado – o de educar – caso sejam tomadas sem um contexto educacional.

A família, como se pode supor, exerce grande influência na formação moral e ética desses adolescentes, e a orientação educacional deve tratá-la, segundo SANCHES (1999, p. 40) como um alicerce para que se compreenda melhor aquele jovem e suas relações consigo mesmo e com os outros. Os familiares devem ser chamados constantemente a contribuir, auxiliando na valorização da escola, do aprender, do respeito, da responsabilidade. Comportamentos e atitudes da família que vão contrários aos trabalhados na escola podem confundir o aluno, deixando-o com dificuldades de discernir o certo do errado, de desenvolver sua independência, iniciativa e responsabilidade.

Para compreender o adolescente durante seu trabalho como Orientadora Educacional, SANCHES (1999, p. 11) diz que utilizou-se da “linguagem do sentir”, ou seja, perceber aquilo que muitas vezes as palavras não dizem, comunicar-se através da sensibilidade e dos recursos afetivos. De fato, é importante no trabalho do OE que seus alunos se identifiquem com ele, que percebam nele uma pessoa em que podem confiar, que não os julgará apenas por preconceitos existentes, e sim que estará ali para ouvi-los, acolhê-los e orientá-los nos aspectos que forem necessários. Para tanto, é preciso dar voz aos adolescentes e ouvi-los atentamente, não somente suas palavras, mas também seus gestos e atitudes.

Este adolescente – sujeito em processo de constantes transformações – pode, muitas vezes, não se sentir acolhido em seu próprio meio, seja pelos pais, familiares e amigos.

Para os pais é difícil confiar nesse ser em oscilação, em constante movimento, pois também não sabem como lidar com ele, em nome do amor e da necessária proteção, muitas vezes ignoram esse processo de mudança e acabam cobrando atitudes que são ora

infantis ora adultas. Os pais e a escola, em muitos momentos, gostariam de poder congelá-los em uma das extremidades. Acompanhá-los nesse penoso processo de transformação exige do Orientador Educacional uma empatia muito grande para não reproduzir a atitude de pais e professores. (SANCHES, 1999, p. 21)

Daí a importância do trabalho do OE na vida destes adolescentes. Mesmo tendo um vasto conjunto de atividades a serem exercidas, como auxiliar o aluno em seu processo de ensino aprendizagem, orientá-lo para maturidade social e afetiva, auxiliá-lo na definição profissional, deve-se ter como um dos principais propósitos guiar o jovem para que ele construa seu projeto de vida, criando metas para o futuro e dando estímulos para seu crescimento como cidadão.

Segundo SANCHES (1999, p. 39), o orientador educacional deve promover atividades cujo objetivo seja o de desenvolver no aluno uma reflexão sobre o seu lugar na sociedade da qual participa, trazendo questões para chamá-lo à realidade social e profissional. Sendo assim, é importante que o leve a se questionar sobre suas atitudes, seus objetivos de vida, suas projeções para o futuro.

Por ser a inconstância uma das características marcantes da adolescência, os jovens têm, muitas vezes, atitudes impulsivas que acabam por trazer consequências negativas. Quando se faz necessária a presença dos pais na escola para tratar de algum problema ou conflito surgido, é importante que o próprio adolescente esteja presente. Inicialmente, ele pode se sentir “invadido”, como se não precisasse da interferência dos pais para resolver um problema que seria seu. Porém, este momento pode se tornar rico para estreitar a parceria entre escola-aluno-família, fazendo com que todas as partes tenham oportunidade de se colocar, refletir e analisar a situação, estabelecendo um clima de confiança que deve perdurar. Por fim, o jovem pode acabar gostando desta ocasião, pois se sente protegido e “cuidado” tanto pela instituição quanto pela família.

A importância da família no processo educativo do aluno também é lembrada por BAUMRIND (1991) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 413), que cita os benefícios do que ele chama de *parentalidade democrática* no desempenho escolar durante a adolescência

Pais democráticos estimulam os filhos a examinarem os dois lados de uma questão, aceitam de bom grado sua participação nas decisões da família e admitem que as crianças às vezes sabem mais que os pais. Esses pais estabelecem um equilíbrio entre ser exigente e ser receptivo. Seus filhos recebem elogios e privilégios quando tiram notas boas; notas ruins trazem incentivos para que se esforcem mais e também ofertas de ajuda. (BAUMRIND (1991) apud PAPALIA, OLDS FELDMAN (2000, p. 413)

O mesmo autor faz referência ao comportamento de *pais autoritários*

Pais autoritários, em contrapartida, dizem aos adolescentes para não discutir com os adultos ou questioná-los e que eles 'entenderão melhor' quando crescerem. Notas boas trazem advertência para que sejam ainda melhores; notas baixas podem ser punidas com redução de privilégios ou castigo. (BAUMRIND (1991) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 413)

Por fim, cita características dos chamados *pais permissivos*

Os pais permissivos parecem indiferentes às notas, não controlam o acesso à televisão, não comparecem às reuniões da escola e não ajudam nem verificam as lições de casa. Esses pais podem não ser negligentes ou indiferentes; eles podem até ser afetuosos. Talvez simplesmente acreditem que os adolescentes devem ser responsáveis pela sua própria vida. (BAUMRIND (1991) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 413)

Como se pode perceber, o OE precisa estar preparado para atuar com diferentes estilos de pais e famílias, se questionando sempre sobre a melhor maneira de mediar as situações que virão a beneficiar seus alunos. Obviamente o desejado seria que todos os pais atuassem de forma democrática, mas sabe-se que esta não é uma realidade comum a todos. Sendo assim, espera-se que o OE tente sensibilizar as famílias para a importância do envolvimento na vida escolar do adolescente e, mais ainda, incentivá-los a ter atitudes positivas em relação às atividades escolares de seus filhos. Mesmo que já apresentem certa maturidade cognitiva, esses jovens ainda necessitam de constante apoio, exemplo e supervisão de seus familiares, ainda que essas figuras não tenham tido desempenho escolar satisfatório em sua época de estudante. Os hábitos do

presente vão influenciar no modo como esse adolescente se relaciona com a aprendizagem.

Uma sugestão para estes momentos é o incentivo aos jovens, dados pela família e pela escola, a se envolverem em atividades extracurriculares, como clubes de leitura, xadrez ou esportes, uma vez que essa participação está também relacionada ao envolvimento escolar. (DYE e JOHNSON (2009) apud PAPALIA, OLDS e FELDMAN (2000, p. 416).

2.2 – O adolescente e o aproveitamento escolar na perspectiva da Orientação Educacional

Ao atingir a adolescência, o indivíduo passa, cada vez mais, a sondar os limites do ambiente ao qual está inserido. Necessita-se, então, que as regras sempre estejam bem estabelecidas. Dessa forma, ele conseguirá se organizar socialmente, sabendo o que é permitido e o que não é, suas possibilidades e suas limitações.

No espaço da sala de aula, para que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva, é importante que professores e alunos estejam em harmonia. Um ambiente hostil pode prejudicar consideravelmente o processo de ensino do aluno, gerando receio em relação ao docente e até mesmo um bloqueio com a disciplina. A escola deve deixar claro em seu PPP que preza pelo respeito mútuo entre educadores e educandos, reafirmando isto para seus alunos e suas famílias em todas as oportunidades possíveis. Respeito e disciplina são fundamentais para o bom funcionamento da rotina e é necessária a colaboração de todos – alunos, professores, equipe gestora, família e comunidade. É importante frisar que as normas de conduta não devem ser informadas de maneira autoritária e imposta, e sim por meio do diálogo, explicando aos adolescentes os motivos de cada uma e abrindo espaço para que eles também se manifestem. Muitas vezes, por estar envolvida no meio do processo, a equipe gestora pode não perceber mudanças que serão positivas para o bom desenvolvimento da convivência, e os alunos podem ter sugestões interessantes para essa melhoria. Esse processo, inclusive, abre caminho para que os jovens se sintam valorizados e desenvolvam o senso crítico e habilidades de argumentação. Além do mais, como afirma SANCHES

(1999, p. 42), quando a função das regras fica clara para o aluno, ele é capaz não só de compreendê-las, mas de colaborar pela manutenção das mesmas. São necessários limites e, segundo OUTEIRAL (1994, p. 64) apud SANCHES (1999, p. 42), eles podem ser definidos como

... a criação de um espaço protegido dentro do qual a criança e o adolescente podem viver suas experiências vitais criativa e espontaneamente... Essa é uma visão do limite não como repressão, castração, proibição, etc., e sim como algo que baliza, orienta e contém a mente do indivíduo, que, de outra forma, ficaria dispersa, sem forma, desorganizada. (OUTEIRAL, 1994, p. 64)

O aproveitamento escolar do aluno pode estar diretamente relacionado à maneira com que ele convive na escola. Alunos que não se sentem motivados, seja pelas dificuldades encontradas nas matérias, seja por não se sentirem confortáveis no ambiente escolar, tendem a se desinteressar cada vez mais, entrando em um ciclo vicioso de “fracasso”. O OE deve trabalhar com esses adolescentes que não se sentem naturalmente motivados a estudar para que eles valorizem o sentido de se aprender e se sintam instigados a buscar e a tentar mais, ainda que por vezes falhem. O interesse deve satisfazer ao próprio jovem e não deve ser pautado na satisfação de expectativas familiares e sociais.

Os orientadores, como bem cita GRINSPUN (2011, p. 90), podem fazer sua parte junto aos estudantes e seu processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para que o espaço da escola seja mais humano com quem enfrenta as dificuldades do fracasso escolar. Para isso, a autora elucida algumas questões práticas envolvendo a orientação, como a desmistificação do fracasso como uma responsabilidade unicamente do aluno, trabalhando com a autoestima desse indivíduo; a discussão dos mecanismos disponíveis para que a superação ocorra pela via da própria escola; e ainda a disponibilização de espaços para que os alunos enriqueçam e aprofundem seu conhecimento, como forma de apostar na autoestima e estimulação do jovem. Seria um momento interessante para descobrir as aptidões e vontades do aluno, relacionando-as com as disciplinas e conteúdos escolares. Música, artes, tecnologia, entre outros, devem fazer parte do currículo da escola. Como já mencionado anteriormente, atividades extracurriculares – as vezes ainda mais que o currículo normal – são apreciadas pelos jovens e devem

ser incentivadas, pois eles supostamente veem nesses interesses possíveis desdobramentos para uma futura vida profissional.

2.3 – O adolescente e a escolha profissional na perspectiva da Orientação Educacional

Como a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê dois modelos relacionando o Ensino Médio à profissionalização, cabe às redes escolher qual modelo julga mais adequado. No caso das escolas regulares, o modelo adotado consiste na formação do aluno para dar continuidade aos seus estudos no Ensino Superior logo após o 3º ano. Sendo assim, toda a equipe da escola – gestores e professores – deve estar preparada para atender às demandas e expectativas de seus alunos, pois a diversidade de projetos de vida será uma constante.

A escolha da profissão pode ser considerada um dos projetos mais significativos na vida de um sujeito e, em nossa sociedade, é sabido que ela deve ser tomada ainda quando jovem. GIACAGLIA e PENTEADO (2006, p. 127) afirmam que o rápido desenvolvimento social vem exigindo dos jovens muito mais tempo e especialização, havendo, como consequência, pressão social para que eles se definam, cada vez mais cedo, pela profissão.

Portanto, seria até senso comum afirmar que este momento precisa ser tratado com muita responsabilidade e seriedade. Para os jovens, diversos fatores podem influenciar na sua escolha profissional, sejam eles por habilidades, *status* acadêmico ou social, valor do salário, influência da família, dentre tantos outros. De qualquer maneira, é preciso que eles sejam providos de todas as informações possíveis na hora da decisão. Neste contexto, dentro da escola, a participação do OE torna-se fundamental. Os adolescentes precisam ter maturidade no processo de escolha, necessitam conhecer as profissões existentes no mercado e quais as habilidades e competências exigidas em cada uma delas e, ainda, conhecimento do mercado de trabalho num contexto geral.

Primeiramente, o OE deve aconselhar os alunos no sentido de mostrar-lhes que nossas escolhas não são definitivas, havendo sempre a possibilidade de

repensar e recomeçar. Porém, uma escolha tardia pode gerar ansiedade no adolescente, dificultando ainda mais seu processo de decisão. GIACAGLIA e PENTEADO (2006, p. 128) defendem que a decisão seja feita gradativamente, partindo do mais amplo (preferência pelas áreas de humanas, biológicas ou exatas) para o mais específico (definição do curso). Assim sendo, a escola deve proporcionar aos seus estudantes uma orientação eficiente para que, ao final do Ensino Médio, eles possam tomar uma decisão consciente e adequada. É importante frisar, no entanto, que tais orientações não devem se ater somente ao final do Ensino Médio, e sim serem sistematizadas ao longo da vida escolar do aluno. O OE deverá contar com o auxílio dos professores, da equipe técnica e de toda a comunidade escolar para que sucessivas experiências de aprendizagem aconteçam, preparando o aluno desde cedo para o momento da escolha. Estratégias como reconhecimento de profissões exercidas, leitura e discussão de biografias de diferentes profissionais, sondagem de aptidões artísticas, visitas a empresas ou faculdades, palestras de profissionais ou de ex-alunos sobre cursos e profissões, além das tradicionais “feiras de profissões” podem ser valiosas no amadurecimento dos alunos quanto à carreira a ser exercida futuramente. GRINSPUN (2011, p. 131) diz que o Orientador Educacional deve direcionar seu trabalho pedagógico para buscar novas estratégias, que “vislumbrem a articulação entre as matérias de estudo (teorias) e as questões do trabalho produtivo (prática)”. Dessa forma, ele “contribuirá para a construção de uma consciência crítica, política e social no educando quanto à sua realidade, que envolve o mundo trabalho”.

A escola, por meio de toda sua equipe técnica e de professores, deve constantemente reforçar a necessidade do estudo como um meio de ascensão de vida, mostrando aos alunos que, através da busca pelo conhecimento, pela formação social, pessoal e acadêmica ele será capaz de atingir êxitos enquanto cidadão e profissional no mercado de trabalho, transformando não somente a sua realidade como a da sociedade em que vive. Mesmo sendo um caminho árduo e com percalços, eles devem ser conquistados a buscarem a recompensa pelo esforço e dedicação aos estudos.

Como muitas escolas valorizam capacidades científicas, estudantes que tem pensamento objetivo possuem mais chances de se destacar do que outros que possuem habilidades mais ligadas à criatividade, já que estas, algumas vezes, não

são o ponto chave a ser trabalhado e desenvolvido na escola. Por isso, cabe ao OE, junto à instituição, contemplar em seu currículo habilidades e competências que oportunizarão a todos os alunos desenvolverem suas capacidades. Faz-se necessário tentar reconhecer essas variadas capacidades dos indivíduos e aconselhá-los para que consigam atingir seus objetivos educacionais e refletir sobre as contribuições que conseguirão dar para a sociedade nas profissões que escolherem.

A família também deve participar deste processo, mantendo hábitos positivos em relação ao trabalho e sua necessidade. Valorizar o trabalho, suas responsabilidades, a satisfação pessoal gerada por ele, o ganho financeiro e intelectual, são formas de despertar nos filhos o interesse por uma profissão. Os Orientadores Educacionais podem ajudar as famílias, por exemplo, promovendo palestras sobre seu papel e atuação adequada na escolha profissional de seus filhos.

CAPÍTULO 3. Contribuições ao contexto escolar

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia a dia, aprendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito neste complexo interacional. (ANDRÉ (1995, p. 111) apud GRINSPUN, (2011, p. 112)

Sabemos que a escola é o ponto de encontro de culturas, visões e realidades de mundo distintas. É o lugar da construção efetiva de conhecimento e valores, portanto, de cidadania (GRINSPUN, 2011, p. 100). Assim sendo, essa construção precisa ser realizada de forma responsável, crítica e com perspectivas transformadoras, discutindo as contradições que existem dentro e fora dela e delimitando o que se deseja alcançar em seus objetivos.

GRINSPUN (2011, p. 101) ainda faz reflexões sobre a atuação da Orientação nos contextos social, político e filosófico de auxílios aos alunos. No primeiro contexto, uma análise precisa ser feita de modo a discutir-se as tensões, conflitos, normas e controles que fazem parte do cotidiano da escola, tendo em vista a socialização do sujeito – o adolescente – em meio a essas situações e garantindo a formação de sua subjetividade, que envolve não só o conhecimento em si, mas as emoções, o simbólico e a representação que ele faz da própria realidade. No contexto político, é importante propiciar momentos de vivência que evidenciem a dimensão política da nossa sociedade dentro da própria escola (votação de representantes de classe, grêmios estudantis, conselho de aluno, etc.), afinal, educar também é um ato político. Por fim, no contexto filosófico, a Orientação pode atuar tanto na construção da ideologia da escola – através do PPP – sobre questões éticas, de valores, científicas, quanto na relação com os alunos, garantindo reflexões sobre cidadania, liberdade, responsabilidade, produção de conhecimento, entre outros.

Ao se trabalhar a partir desses três contextos, a escola atuará de maneira democrática, envolvendo todos aqueles que fazem parte do processo na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

O OE também pode contribuir com o trabalho da equipe docente da escola discutindo sobre a realidade dos alunos e das turmas, as finalidades do processo

pedagógico, do sistema avaliativo, da metodologia utilizada, entre outros. Por ter uma ampla visão do trabalho, conhecendo os pontos de vista dos docentes, dos estudantes e das famílias, o olhar do OE acerca dos processos pedagógicos da escola certamente auxiliará na melhoria do desempenho acadêmico e social da instituição.

Em relação às famílias e à comunidade em geral, o Orientador deve ser responsável por aproximá-las do ambiente escolar, tornando-os importantes coadjuvantes no processo de ensino e aprendizagem. Eles também devem ter liberdade para se posicionar, criticar e opinar sobre aspectos relativos à instituição, e serem chamados a colaborar na construção ou reconstrução do PPP da escola.

GRINSPUN (2011) reitera a necessidade de a Orientação trabalhar com um planejamento participativo, sempre voltado para uma concepção crítica. E afirma:

A construção de uma escola de qualidade implica um projeto coletivo, que requer ação coordenada e participação de todos nela envolvidos. A qualidade não está na adjetivação externa, mas na substancialidade interna da instituição. (GRINSPUN, 2011, p. 117)

Sintetizando, espera-se que a Orientação Educacional consiga colaborar na formação dos alunos dentro da escola e refletindo fora dela, na construção de um indivíduo consciente de seu papel na sociedade e responsável por contribuir para sua melhoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, procurou-se apresentar as contribuições que o trabalho do Orientador Educacional pode gerar no contexto educacional de estudantes do Ensino Médio.

O que ficou evidenciado, principalmente, é a necessidade do OE inserir-se no contexto de vida do aluno, procurando compreendê-lo e auxiliá-lo em seu processo de formação, tanto pessoal e social quanto acadêmico.

A escola deve atuar no sentido de proporcionar aos alunos o maior número possível de experiências que agreguem valor às suas próprias vivências, formando-os e informando-os para uma leitura crítica e para a transformação do mundo em que vivem. É preciso compreender estes adolescentes dos dias atuais, que pertencem a um universo diferente daquele vivido pela maioria dos educadores. Fatores como a democratização das informações, o avanço das tecnologias e o uso das redes sociais modificam a forma destes jovens se relacionarem com os familiares, com os amigos, consigo mesmo, com os estudos e com a escola. O currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição – que devem ser organizados com a participação da equipe gestora, professores, alunos, famílias e comunidade – precisam estar alinhados a essas novas demandas para atender esses adolescentes. Deve-se entender que a função da escola não pode estar focada somente no campo dos conhecimentos, dos saberes e da instrução, mas também na construção de valores, atitudes e conhecimentos que venham a contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A família representa um importante papel na relação do adolescente com o mundo. Os diferentes estilos de parentalidade devem ser observados pelos Orientadores Educacionais para que se compreenda a realidade do aluno. O profissional pode e deve ajudar as famílias a entender as mudanças pelas quais os jovens passam nesse período da vida – as transformações físicas, emocionais, as dúvidas e incertezas sobre o futuro. O adolescente, por mais que queira que sua individualidade seja respeitada, também precisa do acompanhamento e orientação da família. Pais democráticos os ajudam a encarar de frente os desafios que surgem a cada dia, com zelo, respeito, autoridade e carinho. Reforços positivos são necessários para que o jovem se sinta seguro e confiante de suas escolhas.

O aproveitamento escolar do adolescente é outro ponto importante no trabalho do Orientador Educacional. É preciso trabalhar a motivação do aluno, mesmo diante das falhas e das dificuldades, pois elas fazem parte de seu processo de construção do conhecimento. O OE deve unir-se à equipe de docentes e a todos que cuidam do processo de ensino para que se revejam as práticas, as metodologias, os processos avaliativos, no sentido de ressignificar o valor do aprendizado para os estudantes. Vale ressaltar novamente a necessidade do currículo e do Projeto Político Pedagógico da escola estarem de acordo com as necessidades práticas do mundo atual.

Diante disto, conclui-se que a Orientação Educacional, quando bem organizada pela escola e tratada mais no viés preventivo do que remediativo, contribui consideravelmente para a formação integral do aluno, conseguindo auxiliá-lo em seu processo de construção da identidade, na valorização da importância do estudo para seu crescimento humano, na apresentação das possibilidades no âmbito vocacional e no reforço dos valores morais e éticos necessários para atuar conscientemente na sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

GIACAGLIA, Lia Renata A.; PENTEADO, Wilma Millan A. **Orientação Educacional na Prática**: princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippun. **A Orientação Educacional: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 01/06/2016.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PASCOA, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O orientador educacional no Brasil**. Educação em Revista, Jun 2008, N^o 47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006>. Acesso em: 22/03/2016.

SANCHES, Cida. **Orientação educacional e o adolescente**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.